

ÍNDICE DOS TRÊS VOLUMES

ÍNDICE DO VOLUME I

INTRODUÇÃO

0.1. Objecto

- 0.1.1. *As causas e as cousas*: breve recorte fenoménico
 - 0.1.1.1. A sociedade medicalizada
 - 0.1.1.2. O Estado Social de risco e a sua crise
 - 0.1.1.3. A crise no sector da saúde
 - 0.1.1.4. As propostas de saneamento do Estado Social da saúde: o racionamento e a racionalização
- 0.1.2. Estórias exemplares
 - 0.1.2.1. Da narratividade
 - 0.1.2.2. Retratos: pedaços de vida
 - 0.1.2.3. As molduras jurídicas
- 0.1.3. O discurso jurisprudencial português no limiar do problema analisando
 - 0.1.3.1. A jurisprudência do Tribunal Constitucional
 - 0.1.3.2. A jurisprudência doutrinal e o pensamento crítico português
- 0.1.4. Identificação perfunctória e localização preliminar

0.2. Algumas pré-compreensões

0.3. Metodologia

PARTE I – DO RACIONAMENTO EM GERAL

Capítulo 1. Da racionalização ao racionamento

I. Da Racionalização em geral

- 1. Razão, Racionalidade, Racionalização
- 2. O estado da questão
 - 2.1. A crise da razão
 - 2.1.1. A *abolição racionalista da razão*
 - 2.1.2. A reabilitação da razão: “*unidade da razão na pluralidade das suas vozes*”?
 - a). *Razão e Racionalidade*
 - b). Razão e totalidade
 - c). Inexistência de meta-ordem
 - d). Razão e transição – *razão transversal*
 - e). Orientação entre a desordenabilidade
 - f). A *razão transversal* na sua relação crítica com as estruturas da racionalidade
 - g). Características transicionais
 - h). Inconclusividade
 - i). A razão na vida prática
 - 2.2. A pro(*con*)fusão das racionalidades
 - 2.2.1. O problema
 - a). Pluralização
 - i). Tipos de pluralização
 - ii). Consequências da pluralização de paradigmas
 - iii). Os paradigmas como os radicais da racionalidade
 - b). *Imbricamentos*
 - i). *Interparadigmaticidade* estrutural dos paradigmas
 - ii). Da independência ao imbricamento
 - c). Desordenabilidade (*disorderliness*)
 - 2.2.2. Tipologia
 - 2.3. O processo social de *racionalização: triunfo da razão instrumental*
 - 2.3.1. Da racionalidade à racionalização social
 - 2.3.2. O processo de racionalização

3. A Racionalização como política pública
 - 3.1. Racionalização e políticas públicas
 - 3.2. As Políticas contemporâneas da racionalização
 - 3.2.1. Que sentido?
 - 3.2.2. A *McDonaldização* da realidade social
 - a). Enquadramento
 - b). As dimensões da racionalidade e as suas projecções
 - i). A eficiência
 - ii). Calculabilidade
 - iii). A previsibilidade
 - iv). Controlo – Robots humanos e não humanos
 - c). Críticas
 - i). A Irracionalidade da racionalidade
 - ii). Ainda a jaula de ferro?
 - 3.2.3. As novas formas políticas de racionalização
 - 3.2.4. A Racionalização e o direito (levantando o véu)

II. Do Racionamento em Geral

1. Noção e sentido
 - a). Avatares: Os *Labirintos da Memória*
 - b). Aproximação etimológica e filológica
 - c). Tipologia
 - d). Modalidades
2. Natureza
3. O racionamento no Estado de Direito Democrático e Social
 - a). O retorno da escassez ou a mistificação da carestia
 - b). Estado de excepção e políticas públicas
 - c). Os problemas da intervenção directa e regulatória: o estertor do modelo burocrático?
 - d). Uma nova moralidade? – A justiça ecológica entre S. Francisco e Al-Gore

III. Racionamento e Racionalização em geral: entre *totem* e *tabu*?

1. A origem comum: “*o jardim dos caminhos que se bifurcam*”
2. Aproximação: os filhos da modernidade
3. Distanciamento: *do funcionário cansado ao quadro da Google*
4. Tópicos para uma reaproximação funcional
 - a). A imprestabilidade da racionalização
 - b). A península racionadora
 - c). O sentido útil do racionamento: o doseamento racional do acesso às prestações sociais
5. As políticas públicas de racionamento e de racionalização do acesso aos bens sociais
 - a). Ponto de ordem
 - b). Breves notas sobre políticas públicas
 - i) Noção
 - ii) Teorias
 - iii) Tipologias
 - c). O relevo jurídico-constitucional das políticas públicas
 - d). Racionamento e racionalização como políticas públicas

Capítulo 2. O Problema Jurídico do Racionamento: entre a razão e a justiça

I. O problema do racionamento

1. Noção de problema
2. Nódulos problemáticos: a repartição e a priorização numa encruzilhada epistémica
 - 2.1). Os *topoi* do *conflito* e do *poder* (eficaz) – momento político
 - 2.2). Os *topoi* da escassez e da *eficiência* – momento económico
 - 2.3). Os *topoi* da *caridade* (amor), do *cuidado* e do bem comum – momento ético
 - 2.4). Uma questão de *justiça* jurídico-política
3. O racionamento como problema de justiça distributiva e social em especial
 - 3.1). A centralidade da justiça
 - 3.2). As ambiguidades da justiça
 - 3.3). As modernas *teorias* da justiça: cartografia elementar
 - 3.4). Justiça e direito

- a). Justiça(s)
 - b). A justiça distributiva
 - c). A justiça social: *solidariedade* e *igualdade material* da justiça ao *bem (estar) comum*.
- 4. O racionamento como problema jurídico-constitucionalmente relevante
 - 4.1). Abertura
 - 4.2). O relevo jurídico
 - a). As condições de emergência do direito e a comunhão com a política, a economia e a ética
 - b). O direito e os seus demónios - Os fantasmas da juridicidade acordados pelo racionamento.
 - 4.3). O relevo jurídico-constitucional
 - a). *Nomos* e *Polis*: lugares da regulação
 - b). Os princípios estruturantes
 - c). Os direitos sociais fundamentais

ÍNDICE DO VOLUME II

PARTE II – DA SAÚDE COMO ESFERA SOCIAL DA JUSTIÇA

Preliminar

Capítulo 1 . A gramática da Saúde

I. Noção e sentido da saúde

1. Aproximações à noção de saúde
2. *Natureza* da saúde
3. Carácter polimórfico da saúde enquanto *bem* (pequenas nótulas)

II. Sintaxe e morfologia – Elementos Básicos

1. O *fogo* da saúde
2. Os Sujeitos: agentes, instituições, sistemas de saúde, doentes
3. Nomes e predicados
4. Os determinativos ou apóstrofes
5. Os adjectivos

Capítulo 2 . Os discursos sobre a saúde

I. A pluralidade discursiva

II. Eixo principal: a saúde como *questão de justiça*

1. Mote: Saúde e Justiça
2. Episódios históricos
3. O debate hodierno – pequena topografia

III. O discurso jurídico da saúde – a saúde como *bem jurídico*

1. Preliminar
2. O direito *da* saúde no Estado Social
3. O direito *à* saúde como pólo irradiante ou ponto de convergência
 - 3.1). No plano internacional
 - 3.1.1). A protecção internacional: internacionalização do Direito e dos direitos
 - 3.1.2). As organizações para-universais: o sistema universal de protecção dos direitos humanos
 - a). De âmbito geral
 - b). De âmbito especial/sectorial
 - 3.1.3). As organizações regionais
 - a). Conselho da Europa
 - b). Os outros espaços macro-regionais
 - 3.1.4). O direito à saúde no plano internacional: alguns problemas
 - 3.2). No direito comunitário em especial
 - 3.2.1). Intróito

- 3.2.2). O relevo institucional do direito à saúde - alusão
- 3.2.3). O direito material primário da União
- 3.2.4). O direito material secundário da União
 - 3.2.4.1). Considerações gerais
 - 3.2.4.2). O acesso à saúde no direito comunitário
 - 3.2.4.3). Actos políticos e para-normativos
- 3.3). Relance Juscomparatista
 - 3.3.1). Ponto de ordem
 - 3.3.2). O direito italiano
 - 3.3.2.1). Positivção
 - 3.3.2.2). Evolução constitucional
 - 3.3.2.3). As conexões do direito
 - 3.3.2.4). A tutela do direito
 - 3.3.2.5). A jurisprudência
 - 3.3.2.6). A concretização legislativa
 - 3.3.3). O direito francês
 - 3.3.3.1). Fontes
 - 3.3.3.2). Do princípio ao direito da saúde
 - 3.3.3.3). Os sujeitos do direito à saúde
 - 3.3.3.4). O conteúdo do direito
 - 3.3.3.5). O direito institucional
 - 3.3.4). O direito alemão
 - 3.3.4.1). Preliminar
 - 3.3.4.2). A protecção constitucional
 - 3.3.5). O direito brasileiro
 - 3.3.5.1). Previsão
 - 3.3.5.2). Caracterização: qualificação e classificação
 - 3.3.5.3). Aporias
 - 3.3.6). O direito espanhol
 - 3.3.6.1). O direito à saúde no plano constitucional
 - 3.3.6.2). A legislação sobre saúde
- 3.4). O caso português
 - 3.4.1). O direito à saúde como direito fundamental
 - 3.4.2). Dimensão negativa e dimensão positiva do direito à saúde
 - 3.4.3). Direito à saúde como direito social a prestações em especial
 - 3.4.4). O dever de promover a saúde
 - 3.4.5). Do direito à saúde ao Serviço Nacional de Saúde (SNS)

V. O mercado da saúde – o discurso da economia marginalista

- 1. A racionalidade económica
- 2. A economia da saúde
- 3. A avaliação económica da saúde: conceitos básicos
- 4. A saúde como bem económico
- 5. O mercado da saúde

VI. O sistema de saúde – o discurso político-administrativo e sistémico-organizacional

- 1. O *espaço político da saúde*
- 2. O sistema de saúde
 - 2.1). Noção e elementos
 - 2.2). Os modelos de sistema
 - 2.3). O sistema e as políticas
- 3. Os fins do sistema
 - 3.1). A proposta da OMS
 - 3.2). A proposta da OCDE
 - 3.3). FMI, BM e a r cita da sustentabilidade financeira
 - 3.4). Da *ausência   emergência* de um modelo na União Europeia
- 4. Governo e administra o do sistema
 - 4.1). O universo da *governança*
 - 4.1.1). No o e origens
 - 4.1.2). Modalidades
 - 4.1.3). Parâmetros normativos
 - 4.1.4). Pol mica
 - 4.2). A nova administra o pública entre o local e o global
- 5. Saída

Capítulo 3. Tentativa de síntese: *a constituição da saúde*

I. O problema da regulação/juridificação do social

II. O perigo dos reduativismos

1. O funcionalismo em geral
2. O funcionalismo económico – o exemplo da *Law & Economics*
 - 2.1). Direito e economia
 - 2.2). A *Law & Economics* em especial
 - 2.2.1). Caracterização geral
 - 2.2.2). Modalidades
 - 2.2.3). Repercussões no plano constitucional
 - 2.2.4). Apreciação crítica
3. O funcionalismo tecnológico-político
 - 3.1). Direito e política
 - 3.2). Críticas
4. Direito, política, economia

III. Constitucionalismo societário

1. Caracterização básica
 - a). Subsistemas sociais... (o constitucionalismo *societário*)
 - b). ...De cariz global (o constitucionalismo *global*)
2. Dificuldades e potencialidades
3. A plataforma jurídico-constitucional da saúde: princípios de uma *governance* regulatória do sector
 - 3.1). Apontamento teórico
 - a). Uma nova teoria jurídica, constitucional e estadual?
 - b). Uma nova *Teoria das Fontes*? – O pluralismo jurídico
 - c). Uma nova *Teoria do Sistema*: o sistema global?
 - d). Uma nova *Teoria Constitucional*? – A inter-constitucionalidade como inter-culturalidade
 - e). Uma nova *Teoria do Estado*?
 - 3.2). Momento dogmático-normativo
 - 3.2.1). Do direito do cidadão aos direitos dos utentes
 - 3.2.1.1). O direito social à saúde
 - a). Os direitos sociais
 - b). O direito social à (protecção da) saúde
 - 3.2.1.2). Os direitos dos utentes
 - 3.2.2). Os princípios regulativos – *amostra*
 - a). Os princípios estruturantes da República Portuguesa: dignidade, igualdade, proporcionalidade, socialidade, democracia
 - b). Universalidade, generalidade, igualdade, descentralização e participação: ainda o SNS
 - c). A plataforma regulatória: equidade no acesso; responsividade na prestação; eficiência organizativa; efectividade dos tratamentos; solidariedade do financiamento

ÍNDICE DO VOLUME III

PARTE III – DO RACIONAMENTO NA ESFERA DA SAÚDE

Capítulo 1. O racionamento no sector da saúde: *viagem por uma nebulosa*

I. Os enclaves de uma *batalha semântica* – *modalidades de racionamento*

1. Ponto de ordem
2. *Axiale*: os nós problemáticos ou o *poliedro* do racionamento
 - 2.1). *Que* racionamento?
 - 2.2). Racionamento *por causa de quê*?
 - 2.3). Racionamento *por quem*?
 - 2.4). Racionamento *quando*?
 - 2.5). *Porquê* racionamento?

- 2.6). Racionamento *como (de que modo)?*
- 2.7). Racionamento *de quê?*
- 2.8). Racionamento de acordo com que *critérios?*

II. Os Modelos - Combinação de variáveis

1. O *protótipo* do racionamento
2. Distensões
 - 2.1). Os sentidos intermédios
 - 2.2). O sentido mais amplo: a distribuição de recursos escassos
3. Síntese: o *continuum* racionador – um modelo tricolor

Capítulo 2. O racionamento no sector da saúde: *exempla*

I. Algumas propostas exemplares de racionamento

1. O *rawlsianismo* corrigido de *Norman Daniels*
 - 1.1). Aproximação descritiva: a especialidade da saúde
 - 1.2). Aproximação normativa: a justiça na saúde
 - 1.3). O acesso à saúde
 - 1.4). O racionamento
2. O republicanismo de *Leonard Fleck*
 - 2.1). Racionamento, justiça e democracia
 - 2.2). O debate com Lawrence Brown
 - 2.3). Aprendendo com o *Oregon*
 - 2.4). A deliberação democrática e racional em especial
3. A visão libertária de *Engelhardt*
 - 3.1). Considerações gerais: uma teoria da justiça libertária no sector da saúde
 - 3.1.1). *Nozick* em vez de Rawls
 - 3.1.2). A construção de Engelhardt
 - 3.2). A distribuição dos recursos de saúde em especial e o racionamento
 - 3.2.1). O sistema de saúde
 - 3.2.2). O racionamento escondido na proposta de Clinton
 - 3.2.3). A inevitabilidade moral de um sistema com múltiplos escalões
 - 3.2.4). Os princípios da distribuição de recursos no sector da saúde
4. O *segurador prudente* no *mercado igualitário* – uma fábula de *R. Dworkin*.
5. *D. Callahan* e a sua *política dos limites*
 - 5.1). Mudar de vida?
 - 5.2). O racionamento segundo Callahan
 - 5.3). O racionamento em função da idade
 - 5.3.1). Diagnóstico e terapêutica
 - 5.3.2). A resposta aos críticos
6. A influência de *Zubiri* em *Diego Gracia*
7. Um olhar português: *Rui Nunes/Daniel Serrão*

II. Experiências de racionamento

1. O sistema holandês: a *lição de anatomia*
 - 1.1). Os ensinamentos holandeses
 - 1.2). O sistema holandês num ápice
 - 1.3). De *Decker* a *Dunning*: o *funil* holandês
 - 1.4). O sistema dos três pilares ou compartimentos
 - 1.5). A reforma de 2006
 - 1.6). O quadro jurídico básico
 - 1.7). Os problemas jurisdicionais
 - 1.8). *Lição fisiológica?* – A produção integrada de escassez
2. O Plano de *Oregon*
 - 2.1). A *ovelha negra*
 - 2.2). O plano
3. A *priorização* nórdica.
4. O racionamento inglês
 - 4.1). O NHS: a *teogonia* do sistema de provisão pública
 - 4.2). Do *Viagra* ao *Herceptin*
5. O *exotismo* neozelandês
6. O racionamento oclusivo em Portugal
7. O *catálogo* espanhol e outras medidas restritivas

8. O Canadá
9. A Alemanha
10. Os *níveis essenciais de assistência* (ou prestação) no sistema italiano:
racionamento, entre descentralização e revitalização dos direitos sociais.
 - 10.1). Noção perfunctória de LEA (*Livelli Essenziali di Assistenza*)
 - 10.2). Aproximação
 - 10.3). Caracteres e significado
 - 10.4). Requisitos
 - 10.5). Determinação
 - 10.6). Ilustração jurisprudencial

Capítulo 3. Tópicos para uma teoria jurídico-constitucional do racionamento

I. Razão de ordem: sobre a *theoria*

II. Possibilidades e limites do racionamento: tópicos para uma *pequena teoria* jurídico-constitucional

1. O *princípio* do racionamento
 - 1.1). *Carência, vulnerabilidade, desejo*: a escassez (e o racionamento) entre a “*natureza*” e a *cultura*
 - 1.2). Soluções *político-institucionais* alternativas: racionamento e Estado Social entre *mercado, tecnocracia e democracia*
 - 1.3). Racionamento e *sentido da juridicidade*
 - 1.4). Racionamento e a Constituição: entre o dito e o dizer
2. Critérios
 - 2.1). Critérios relativos aos *pacientes*
 - 2.2). Critérios relativos às *prestações*
 - 2.3). Critérios Mistos
3. Modalidades

III. *Alinhamentos* para um racionamento jurídico-constitucionalmente justo

1. Linhas retrizes
2. Prolegómenos telegráficos a uma *teoria* (constitucionalmente adequada) da justiça no sector da saúde?

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

ÍNDICE

ÍNDICE DOS TRÊS VOLUMES